
ICCR 135 S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ICCR 135 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ICCR 135 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ICCR 135 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



ICCR 135 S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Strangueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

ICCR 135 S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

ATIVO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.165.401	14.823.903
Contas a receber	5	62.507.242	16.883.199
Estoques	6	727.627	1.404.408
Adiantamentos a terceiros	7	740.070	352.133
Impostos a recuperar	8	2.162.870	36.343
Despesas antecipadas		15.380	583.537
Total do circulante		69.318.589	34.083.523
 NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais	9	897.573	863.441
Impostos diferidos	10	341.288	622.470
Imobilizado	11	1.761.706	39.609.600
Ativos de direito de uso	12	1.411.940	1.270.556
Total do não circulante		4.412.507	42.366.067
 TOTAL DO ATIVO		 73.731.096	 76.449.590

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	13	15.615.442	21.073.305
Partes relacionadas	14	5.648.344	7.531.787
Arrendamento	12	787.808	709.298
Obrigações trabalhistas	15	6.963.777	6.824.778
Obrigações tributárias	16	3.571.151	4.086.171
Total do circulante		32.586.522	40.225.339
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	6.241.374	7.946.051
Impostos diferidos		634	634
Arrendamento	12	712.371	607.903
Total do não circulante		6.954.379	8.554.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito		1.000.000	1.000.000
Capital social integralizado		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		200.000	200.000
Lucros à disposição da assembleia		32.990.195	26.469.663
Total do patrimônio líquido		34.190.195	27.669.663
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.731.096	76.449.590

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	19	<u>296.796.713</u>	<u>359.811.879</u>
Custo dos serviços prestados	20	(217.420.077)	(256.692.046)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>79.376.636</u>	<u>103.119.833</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(48.101.663)	(59.803.550)
Outras receitas e despesas, líquidas	22	1.341.748	(65.218)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>32.616.721</u>	<u>43.251.065</u>
Resultado financeiro líquido	23	1.380.113	1.961.336
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSL		<u>33.996.834</u>	<u>45.212.401</u>
IRPJ e CSL - correntes	24	(11.122.274)	(15.707.723)
IRPJ e CSL - diferidos	24	(281.182)	622.470
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>22.593.378</u>	<u>30.127.148</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.593.378	30.127.148
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	22.593.378	30.127.148

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>RESERVA DE LUCROS</u>				TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	LUCROS ACUMULADOS	
SALDO EM 31/12/2022	18	349.261	200.000	800.000	-	1.349.261
Integralização de capital subscrito	18.a	650.739	-	-	-	650.739
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.127.149	30.127.149
Reversão de dividendos complementares		-	-	3.074.301	-	3.074.301
Destinação do resultado:				-		-
- Dividendos mínimos obrigatórios	18.c	-	-	-	(7.531.787)	(7.531.787)
- Retenção para reserva de lucros	18.d	-	-	22.595.362	(22.595.362)	-
SALDO EM 31/12/2023		1.000.000	200.000	26.469.663	-	27.669.663
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.593.377	22.593.377
Destinação do resultado:						
- Dividendos mínimos obrigatórios	18.c	-	-	-	(5.648.344)	(5.648.344)
- Dividendos complementares distribuídos e pagos ano anterior		-	-	(10.424.501)	-	(10.424.501)
- Retenção para reserva de lucros	18.d	-	-	16.945.033	(16.945.033)	-
SALDO EM 31/12/2024		1.000.000	200.000	32.990.195	-	34.190.195

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.996.833	45.212.401
Juros de arrendamento		216.152	106.738
(+) Depreciações	11 e 12	6.049.604	1.498.609
Total do lucro líquido ajustado		40.262.590	46.817.748
Variação do ativo			
Contas a receber	5	(45.624.043)	(10.721.811)
Estoques	6	676.781	1.072.938
Adiantamentos a terceiros	7	(387.937)	(180.413)
Impostos a recuperar		(2.126.525)	(36.343)
Despesas antecipadas	8	568.158	(583.537)
Depósitos judiciais	9	(34.131)	(642.602)
Impostos diferidos	10	281.183	(622.470)
Total da variação do ativo		(46.646.514)	(11.714.238)
Variação do passivo			
Fornecedores	13	(7.162.540)	12.958.767
Partes relacionadas	14	-	(1.029.839)
Arrendamento mercantil	12	515.969	1.479.271
Obrigações trabalhistas	15	138.999	3.840.175
Obrigações tributárias	16	(515.020)	(465.211)
Total da variação do passivo		(7.022.592)	16.783.164
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(13.406.516)	51.926.949
Imposto de renda e contribuição social	24	(11.403.456)	(15.085.252)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(24.809.972)	36.841.697
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(-) Aquisição de imobilizado	11 e 12	(17.116.236)	(39.157.717)
(+) Baixas de imobilizado	11 e 12	48.773.139	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		31.656.903	(39.157.717)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social	18	-	659.739
Pagamento de arrendamento mercantil	12	(549.143)	(598.430)
Pagamento de dividendos		(17.956.289)	(1.291.434)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		(18.505.433)	(1.239.125)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(11.658.502)	3.575.282
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.823.903	18.399.185
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.165.401	14.823.903
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(11.658.502)	(3.575.282)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ICCR 135 S.A. (Companhia), com sede em Curvelo-MG, foi constituída em 30 de setembro de 2022. É uma sociedade com propósito específico, que tem por objeto social o exercício das atividades necessárias à execução do contrato celebrado com a ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. ("Eco135"), ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S.A., para fins da execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas Rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. A ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA, é controlada pela ASTM, e detém o controle da Companhia com 50,01% do Capital Social (Nota Explicativa 18)

O contrato principal foi celebrado em 10 de junho de 2021, entre a Contratante e a ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA ("ITINERA"), tendo a CRASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Crasa"), como interveniente anuente. Através do contrato, ITINERA e Crasa acordaram o compromisso de constituir a SPE para assumir as obrigações contratuais e execução do escopo do contrato, o que foi realizado em 24 de novembro de 2022 através da celebração do Termo de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações do Contrato, com expectativa de conclusão das obras para o 1ª semestre de 2025, porém, a ICCR realizará a desmobilização, bem como a gestão das atividades acessórias finais e não tem expectativa de encerrar formalmente dentro do ano de 2025.

Na data de 01 de dezembro de 2022, conforme Laudo de Avaliação, houve integralização ao Capital Social da Companhia, pela acionista ITINERA Construções Ltda., de R\$ 249.261,43 oriundo de acervo líquido formado por determinados Ativos e Passivos em 30 de novembro de 2022, todos destinados à operação da Companhia. Até a presente data, a receita contratual executada foi de R\$ 25.562.986 em 2021 e R\$ 209.139.253 em 2022, R\$ 355.365.152 em 2023 R\$ 358.642.697 em 2024 totalizando R\$ 948.710.088

A Eco135 é habilitada no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura criado pela Lei 11.488/2007, que consiste na suspensão das contribuições ao PIS e a COFINS sobre aquisições destinadas ao seu ativo imobilizado. Desta forma as receitas de prestação de serviços realizadas pela Companhia à Ecovias do Araguaia são suspensas de PIS e COFINS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3. 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do contrato de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos, descontados os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços conforme cláusula contratual, os respectivos impostos diretos e de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, estão líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes. As taxas anuais de depreciação conforme mencionadas abaixo e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas	%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

De acordo com a política da empresa, as taxas de depreciação de máquinas e equipamentos cujos equipamentos apresentem representatividade nos saldos contábeis serão revisadas anualmente.

Arrendamento

Com base nas disposições do CPC 06, os contratos de arrendamento a pagar (que não constituem a prestação de serviços) são contabilizados pela imputação de um passivo financeiro à posição patrimonial-financeira, representado pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento, contra a publicação do direito de utilização do ativo arrendado nos ativos.

O CPC 06 introduz o conceito de "direito de utilização", que determina - independentemente da forma contratual - a obrigação de lançar o direito de utilização nos ativos do balanço com o correspondente a pagar pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento como uma contra rubrica no passivo.

Os ativos e passivos são lançados pelo valor corrente dos pagamentos de arrendamento contratualmente devidos, tendo em conta qualquer opção de extensão/resolução sempre que exista uma certeza razoável de a exercer/não exercer.

A parte da amortização e depreciação do direito de utilização lançada nos ativos e a despesa com juros provenientes dos passivos financeiros da locação são reconhecidas na demonstração dos resultados ao custo amortizado.

Para os contratos que expiram no prazo de 12 meses (arrendamentos de curto prazo) e os contratos para os quais os ativos subjacentes estão configurados como ativos de baixo valor (ou seja, os ativos da locação financeira que não excedem o valor de EUR 5.000 quando novos), a introdução da IFRS 16 não resulta no reconhecimento da responsabilidade financeira da locação financeira e do direito de utilização conexo, mas os pagamentos de arrendamento são lançados na demonstração de resultados numa base linear durante a duração dos respetivos contratos.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

Impairment

A administração da empresa entende que os valores apresentados, não estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01-R1) concernentes à divulgação do teste de recuperabilidade de ativos (impairment), especificadamente nos ativos intangíveis e imobilizados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

A avaliação dos instrumentos financeiros é determinada:

- (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente nos resultados dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável. Os tributos diferidos foram calculados sobre arrendamentos.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas, conforme necessidade, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não existem riscos de perdas prováveis passíveis de registro contábil, bem como riscos possíveis relevantes que deveriam ser mencionados em notas explicativas.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado de acordo com o estágio de execução do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada – POC (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base no avanço financeiro do serviço contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual ao longo do período). A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, os reajustes, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. A Companhia atua como principal em seus contratos, executando os serviços de compras de materiais e equipamentos (incluindo a modalidade de faturamento direto), conforme contratos estabelecidos com seus clientes. O controle de bens e serviços é de responsabilidade da Companhia no desempenho do contrato.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado em confiabilidade, sua receita é reconhecida até o momento dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custos das Atividades Operacionais”, com contrapartida na rubrica de “Passivo”.

As demais receitas são reconhecidas quando incorridas e/ou realizadas de acordo com o regime de competência.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social referem-se ao orçamento da obra, valores contratados e mensuração de evolução do projeto, que impactam diretamente o reconhecimento de receita.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	55.785	25.432
Aplicações financeiras	3.109.616	14.798.471
Total	3.165.401	14.823.903

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por renda fixa, CDB- Certificado de Depósito Bancário, com mercado de liquidez de curto prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

Em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Faturas e títulos a receber	62.507.242	16.883.199
Total	62.507.242	16.883.199

Representam valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados.

O saldo de Adiantamento de Clientes foi compensado com os saldos do grupo de Clientes, conforme abaixo:

	2024	2023
Faturas e títulos a receber	24.099.401	41.666.977
Serviços executados a faturar	70.863.921	44.101.533
Adiantamento de clientes	(32.456.080)	(68.885.311)
Total	62.507.242	16.883.199

6. ESTOQUES

	2024	2023
Manufaturados e semiacabados	12.868	100.954
Materiais de consumo	714.759	1.303.454
Total	727.627	1.404.408

7. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	740.070	347.665
Adiantamentos a empregados	-	1.541
Adiantamentos de Férias	-	2.928
Total	740.070	352.134

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a recuperar (a)	2.134.120	-
Imposto de renda a recuperar	28.750	36.343
	<u>2.162.870</u>	<u>36.343</u>

(a) Corresponde a créditos de INSS pagos a maior no período de dezembro de 2022 até dezembro/2024, decorrente de cálculo incorreto dos valores devidos de SAT – Seguro de Acidente de Trabalho.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cauções e garantias	451.329	410.196
Depósitos judiciais	446.244	453.224
Total	<u>897.573</u>	<u>863.420</u>

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos dos impostos diferidos se referem aos montantes adicionados no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR oriundos de despesas de contratos com arrendamento de Imóveis de longo prazo, e valor global acima de cinco mil euros em atendimento ao IFRS 16 – Arrendamentos, assim como das provisões aplicadas sobre os valores de Participações nos Lucros e Resultados – PLR a serem pagos aos colaboradores locais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ diferido	250.947	457.699
CSLL diferida	90.341	164.771
Total	<u>341.288</u>	<u>622.470</u>

11. IMOBILIZADO

	<u>2024</u>			<u>2023</u>
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	1.764.313	(335.678)	1.428.635	38.183.944
Equipamentos de informática	124.319	(32.787)	91.532	715.687
Móveis e utensílios	285.599	(44.060)	241.539	709.969
Total	<u>2.174.231</u>	<u>(412.525)</u>	<u>1.761.706</u>	<u>39.609.600</u>

ICCR 135 S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024**

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas	%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) nos exercícios de 2023 e 2024 é apresentada a seguir:

Custos	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Máquinas e equipamentos	39.080.250	14.019.995	(51.335.932)	1.764.313
Equipamentos de informática	919.292	66.986	(861.959)	124.320
Móveis e utensílios	825.957	207.755	(748.113)	285.599
	40.825.500	14.294.737	(52.946.005)	2.174.231
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(896.306)	(4.710.583)	5.271.210	(335.678)
Equipamentos de informática	(203.606)	(180.138)	350.957	(32.787)
Móveis e utensílios	(115.988)	(89.212)	161.141	(44.060)
Total	(1.215.900)	(4.979.933)	5.783.308	(412.525)
Total geral	39.609.600	9.314.804	(47.162.697)	1.761.706

A previsão de conclusão de construção do contrato administrado por esta essa SPE se encerra no 1º semestre de 2025. Os ativos imobilizados adquiridos foram vendidos na grande maioria para outras empresas pertencentes ao acionista controlador para uso em outras atividades pelo valor de livros.

12. ARRENDAMENTO/DIREITO DE USO DE IMOVEIS

Direito de uso	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Imóveis	1.823.900	2.821.499	(2.445.679)	2.199.720
Total	1.823.900	2.821.199	(2.445.679)	2.199.720
Depreciação Direito de uso				
Imóveis	(553.344)	(1.069.271)	835.235	(787.780)
Total	(553.344)	(1.069.271)	835.235	(787.780)
Total geral	1.270.556	1.751.827	(1.610.443)	1.411.940

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

12.1 Passivo de arrendamento

	<u>Movimentação 2024</u>	<u>Movimentação 2023</u>
Arrendamento no início do exercício	1.317.201	329.622
Remensuração/adição	515.969	1.479.271
Pagamento	(549.143)	(598.430)
Juros provisionados	216.152	106.738
Arrendamento ao final do exercício	1.500.179	1.317.201
Circulante	787.808	709.298
Não Circulante	712.371	607.903
	1.500.179	1.317.201

13. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	5.757.362	8.614.662
Provisão de fornecedores	9.858.080	12.458.643
Total	15.615.442	21.073.305

Segregação Circulante e Não Circulante

Circulante	15.615.442	13.127.254
Não circulante	6.241.374	7.946.051
Total	21.856.816	21.073.305

O saldo de provisão de fornecedores se refere às medições já realizadas, cuja Companhia está aguardando a emissão da nota fiscal.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2024, se referem aos valores a pagar para os acionistas.

	2024	2023
Dividendos a pagar		
ITINERA Construções Ltda.	2.824.737	3.766.647
Crasa Infraestrutura S.A.	2.823.607	3.765.140
	<u>5.648.344</u>	<u>7.531.787</u>
Total	<u>5.648.344</u>	<u>7.531.787</u>

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
INSS sobre folha	1.224.451	1.812.069
FGTS sobre folha	1.657.702	425.578
IRRF sobre folha	428.928	460.100
Contribuição sindical	22.155	23.030
Provisão de férias e encargos	2.723.068	2.323.000
Participação no Resultado (PPR)	906.696	1.781.001
Rescisões a Pagar	503	-
Pensão Alimentícia	274	-
Total	<u>6.963.777</u>	<u>6.824.778</u>

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
IRPJ a pagar	416.144	621.602
CSL a pagar	161.372	245.199
ISS a pagar	2.472.403	2.541.239
PIS a pagar	17.950	2.040
COFINS a pagar	84.339	12.472
IRRF terceiros	11.610	3.915
ISS terceiros	229.649	430.138
INSS terceiros	168.722	223.411
Pis/Cofins/Csll terceiros	9.596	6.788
Total	<u>3.571.785</u>	<u>4.086.804</u>

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024

Segregação Circulante e Não Circulante

Circulante	3.571.151	4.086.171
Não circulante	634	634
Total	3.571.785	4.086.805

Os saldos informados no grupo do não circulante, se referem a impostos diferidos, sendo o IRPJ (25%) e CSLL (9%) calculados sobre o arrendamento mercantil registrado no resultado.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos pendentes na esfera judicial, de natureza trabalhista e Cível, em fase de julgamento, decorrente da execução do “Contrato Principal”. Considerando o posicionamento de seus advogados a Companhia possui 84 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 6.360.529,00 (em 2023 49 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível no montante de 2.671.536)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e em bens e direitos, é de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), representado por 10.000 (dez mi) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

Acionista	Capital subscrito	Quantidade de ações	(%) participação
ITINERA Construções Ltda.	500.100	5.001	50,01
Crasa Infraestrutura S.A.	499.900	4.999	49,99
Total	1.000.000	10.000	100

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excedeu a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos é de no mínimo 25%, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 2024, foi distribuído o valor de R\$ 7.531.787 referente ao mínimo de 25%, adicionalmente foi distribuído o valor de R\$ 10.424.502 conforme ata da 5ª assembleia geral extraordinária realizada em 09 de outubro de 2024.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

d. Lucros à disposição da assembleia

Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e dividendos) a previsão de distribuição do saldo dos exercícios de 2023 e 2024 dar-se-á, sempre que possível, durante o exercício de 2025.

19. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de execução de obras	304.259.067	372.061.115
Total da receita bruta	304.259.067	372.061.115
(-) ISS	(7.462.354)	(12.249.236)
Receita operacional líquida	296.796.713	359.811.879

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRETADOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mão de obra e Encargos Diretos	64.475.018	69.798.895
Materiais de Consumo Direto	21.436.446	24.512.677
Locação de equipamentos	48.820.911	67.451.072
Fretes e carretos	2.637.305	1.553.943
Serviços de subempreiteiros	57.045.108	81.242.417
Serviços de consultoria técnica	4.899.450	1.418.803
Serviços de manutenção	3.444.654	2.307.414
Serviços de vigilância	4.392.092	5.634.733
Serviços de coleta e transporte de resíduos	1.149.424	1.101.052
Depreciação	4.321.181	493.379
Outros custos	4.798.489	1.177.661
Total	217.420.077	256.692.046

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mão de obra e encargos	22.836.149	29.776.393
Materiais Variados de Consumo	10.048.203	8.690.157
Despesas com viagens	1.781.032	4.750.607
Transporte pessoal	8.059.566	11.019.253
Depreciação e amortização	1.659.044	965.971
Locação de imóveis	1.077.328	901.578
Telefone, internet, energia, água e gás	1.509.755	2.228.607
Outras	1.130.586	1.470.984
Total	48.101.663	59.804.550

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

O valor de R\$ 1.341.748 refere-se substancialmente à vendas de Materiais e Sucatas, que a Companhia está sujeita no curso normal do negócio

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Aplicações financeiras	2.144.138	2.684.332
Correção Monetária de Garantia	17.891	447
Receita Financeira Arrendamentos IFRS16	5.703	-
	<u>2.167.732</u>	<u>2.684.779</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Multas Penalidades Contratuais	(491.924)	(558.922)
Juros e encargos c/Fornecedores	(59.850)	(129.883)
Tarifas Bancária	(4.336)	(24.486)
Juros e Multas Impostos	(15.357)	(10.152)
Juros Arrendamentos IFRS16	(216.152)	-
Total das despesas financeiras	<u>(787.619)</u>	<u>(723.443)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.380.113</u>	<u>1.961.336</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos correntes		
Imposto de renda	8.118.787	11.469.828
Contribuição social sobre o lucro	3.003.487	4.237.894
	<u>11.122.274</u>	<u>15.707.722</u>
Impostos diferidos		
Imposto de renda	206.751	(457.698)
Contribuição social sobre o lucro	74.431	(164.771)
	<u>281.182</u>	<u>(622.469)</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>11.403.456</u>	<u>15.085.253</u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	33.996.834	45.212.401
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto calculado com base nas alíquotas nominais	11.558.923	15.372.216

ICCR 135 S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

Demonstrativo da origem de despesa de impostos efetivos

Adições/Exclusões	(624.755)	1.875.312
(-) Benefício PAT	(200.232)	(278.100)
	10.733.936	16.969.428
Alíquota efetiva	31,57%	37,53%

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2024	2023
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.165.401	14.823.903
Contas a receber	62.507.242	16.883.199
Adiantamentos a terceiros	740.070	352.133
Total	66.412.713	32.059.235
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	15.615.442	29.019.356
Arrendamentos	787.808	709.298
Total	16.403.250	29.728.654

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhuma transação em aberto envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

26. GESTÃO DE RISCOS

Os riscos de mercado são aqueles decorrentes da evolução dos custos de operação que compõem a própria formação dos preços. A Companhia, através de seus departamentos técnico e de planejamento, analisa os projetos, aplicando a sua experiência na formação de preços. No caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos projetos, a diretoria da Companhia procura, através de negociação direta com seus clientes, restaurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição e possíveis mudanças na legislação tributária vigente.

ICCR 135 S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 2024

28. SEGUROS CONTRATADOS

A diretoria da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela diretoria e agentes seguradores para fazer face a ocorrências de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. ÔNUS, AVAIS E GARANTIAS

A Companhia não possui ônus relevantes, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras sociedades.